
HYDERABAD – Reunião do GAC com a Diretoria da ICANN
Segunda-feira, 7 de novembro de 2016 – 13h45 às 15h IST
ICANN57 | Hyderabad, Índia

THOMAS SCHNEIDER: Para os novos membros do GAC que talvez não estejam familiarizados eu peço que por favor se apresentem para saber quem está aqui. Começamos aqui com Bruce à minha direita.

BRUCE TONKIN: Bruce Tonkin.

BECKY BURR: Becky Burr.

CHERINE CHALABY: Cherine Chalaby.

STEVE CROCKER: Steve Crocker.

MARKUS KUMMER: Markus Kummer.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

CHRIS DISSPAIN: Chris Disspain.

GORAN MARBY: Goran Marby.

STEVE CROCKER: Bruce e Becky ocupam um lugar. Bruce está a apenas um dia de se afastar do cargo e Becky vai ocupar esse mesmo cargo. Mas, tratamos os dois da mesma forma.

THOMAS SCHNEIDER: Talvez os outros membros possam dizer os seus nomes.

MAARTEN BOTTERMAN: Eu sou Maarten Botterman

RAM MOHAN: Ram Mohan.

ASHA HEMRAJANI: Asha Hemrajani.

LOUSEWIES VAN DER LAAN: Lousewies van der Laan.

STEVE CROCKER: E alguns outros que estão escondidos lá por trás. Ron Da Silva, Akinori, Jonne, and Lito. Rinalia está aí.

THOMAS SCHEIDER: Obrigado. Disponibilizamos um temário, um rascunho proposto há algum tempo e antes do nosso recesso para o almoço demos uma olhada considerando o que já tratamos nas últimas semanas. E há meia hora chegamos a esta lista. Os senhores podem ver aqui na tela, isso é o que nós gostaríamos de discutir com os senhores.

Somos conscientes de que há duas perguntas que o board apresentou ao GAC e agradecemos porque é a primeira vez que temos esse pedido de parte do board para indicar o que gostariam que nós comunicássemos.

Talvez alguém do board poderia fazer alguma referência a essas perguntas e indicar o que estão querendo conseguir com essas perguntas. Nós já tratamos aqui mais para entender corretamente o que querem escutar de nós. Eu não sei se Goran ou Steve querem fazer referência a isso.

STEVE CROCKER: Eu acho que poderia explicar o Chris, mas basicamente algumas dessas questões poderíamos discutir com maior detalhe. Há uma resolução na nossa agenda para a reunião do board de amanhã de manhã, já não lembro os dias, amanhã é terça-feira, muito bem.

Isto se aplica aos códigos de países de dois caracteres no segundo nível. Da outra vez já mencionei de forma errada.

Eu não quero dizer exatamente o que é que disse essa resolução, mas não quero discutir esse tema porque nós vamos tratar na reunião de amanhã.

E com respeito ao .WEB eu não tenho certeza do que comentar. Na verdade não é um litígio necessariamente o que está em andamento, talvez sim, mas há muitas coisas em andamento.

THOMAS SCHNEIDER: Basicamente eu me referi a essas perguntas que foram enviadas ao GAC e eram duas. Não estão aqui na minha frente, mas se eu não lembro mal uma se vinculava com a transição, o que é que o GAC precisa para que essa transição dê certo também para nós. E a segunda o que é que deve ser feito para melhorar a confiança e a segurança no modelo e entre nós. Essas eram as duas perguntas que recebemos.

Mas, o que podemos fazer honrando o tempo é nesses temas mais transversais levar em conta à medida em que vamos avançando na discussão. E podemos fazer referência ao que precisamos, como continuamos depois da transição, e também para reforçar a confiança e a segurança, porque são temas transversais. Se estão de acordo rapidamente eu vou fazer uma introdução de cada um desses assuntos.

Começamos com um tema bastante óbvio e simples e vemos a resposta a nossa pergunta quanto a quando nós vamos receber uma resposta ao assessoramento dado pelo GAC através do comunicado da reunião de Helsinque e entendemos que os senhores tiveram que se ocupar de outros assuntos urgentes, importantes e fundamentais nos últimos meses.

Apenas queria transmitir que isso gera alguns problemas no sentido de que se nós damos algum assessoramento a respeito de questões vinculadas com a segurança pública e com a política pública, para melhor dizer, e não obtemos uma resposta dos senhores, não sabemos se vocês aceitam essa assessoria e como deveríamos implementar ou se foi rejeitada.

Então, achamos que não podemos continuar avançando sem esse elemento tão importante que é a resposta do board dentro de um sistema multisetorial. Quando falamos dos códigos de países de dois caracteres nós também demos um

assessoramento e não sabemos se foi aceito ou não. Amanhã vamos tomar uma decisão que pode estar relacionada com o que mencionamos no assessoramento que deu o GAC.

Isso com respeito aos temos é importante, deve funcionar, senão gera problemas para que todos nós, os senhores e nós, cumpramos as nossas funções. Talvez poderiam encontrar algum momento, alternativa, para dar essa resposta. Se há algum motivo pelo qual isso não é possível gostaríamos de ser informados. Nós temos expectativas com respeito ao tempo.

Os comentários dos governos não deveriam também serem percebidos com outro nível de prioridade. Apenas é um sinal que queremos transmitir de que temos que encontrar formas de melhorar esse ponto.

Eu não sei se alguém quer comentar essa questão ou se apenas tomamos notas dos comentários.

CHRIS DISSPAIN:

Eu quero pedir desculpas em primeiro lugar. Nós deveríamos ter respondidos, já apresentamos os motivos, peço novamente desculpas. Responderemos assim que possível porque também é uma questão de prioridade para nós.

CHERINE CHALABY: Se me permite, Thomas, quando tivemos o NGPC durante o tempo todo nós focamos em responder a assessoria do GAC porque é uma outra prioridade para nós. Espero que essa seja a exceção, pedimos desculpas pela demora. Por favor considerem isso como uma exceção, o assessoramento do GAC para nós é uma alta prioridade.

THOMAS SCHNEIDER: Tenha cuidado, Cherine, com o que disse quando falou de que se entrava na assessoria do GAC no NGPC. Não é uma piada.

Bom, há um assunto que está surgindo de diferentes formas e do ponto de vista do GAC queremos dedicar alguns minutos para tratar dessa questão. Trata-se do entendimento comum dos papéis que desempenham o board e o GAC. Também as expectativas quanto a esse trabalho conjunto. Vimos muitos exemplos, alguns deles estão enumerados aqui embaixo. Alguns dos desafios que nós enfrentamos hoje talvez podem ter sido gerados pelo nosso entendimento diferente das funções e procedimentos que realizamos cada um de nós. E para as faculdades ou falta de faculdades que podemos ter de cada parte. Do nosso ponto de vista, conforme os estatutos, o papel do GAC é dar assessoria e assessoramento ao board sobre questões de políticas públicas, assuntos relacionados ao direito internacional, legislação nacional, que pode ser pertinente ou

não para os países, ou o governo também tem responsabilidades para com os seus cidadãos, empresas, e o próprio governo. E esse assessoramento é fornecido ao board, e o board responde se aceita ou não essa assessoria e como vai implementar e, caso contrário, como é possível chegar a uma solução que seja aceitável para ambas as partes.

Muitas vezes eu reparo que as expectativas de parte do GAC com respeito ao que pode fazer o board não é idêntica ao que o board diz que pode fazer. Para a percepção do board o board não se ocupa de políticas, mas as organizações de apoio sim dão apoio as políticas, caso conflito, aí determinam quais os procedimentos, quais não aplicam. Mas, formalmente, conforme os estatutos da ICANN os senhores são sócios no sentido de que nós enviamos o assessoramento igual ALAC e SSAC, e temos que depender dos senhores para que os senhores tomem os elementos dessas recomendações que nós damos em termos de desenvolvimento de políticas públicas. Esperamos que isso corresponda às nossas expectativas e os senhores tomem a última decisão nessa organização.

E indicam o que é que consideram que favorece o interesse público global, que é a frase que normalmente utilizamos ou utilizam os estatutos. Claro que nós tentamos interagir com os diferentes elementos, partes, unidades constitutivas e subunidades desta organização na medida em que nossos

recursos e tempo permitem. Mas, entendemos que esse é o canal formal que temos ao nosso dispor e às vezes percebemos que as nossas expectativas não coincidem com o que acontece do outro lado quando recebemos a suas respostas. E como interpretam o nosso assessoramento, porque segundo o que entende o GAC a sua função é dar assessoramento em termos de políticas públicas e nem tanto de política geral. Segundo o que foi acordado na cúpula das Nações Unidas nós deveríamos nos abster de entrar nos detalhes técnicos e operacionais, isso deveríamos deixar para o setor privado ou outras partes dessa organização.

Mas, os assuntos de políticas públicas são aqueles que nos correspondem, e a nossa expectativa, portanto, seria que os senhores indicassem como vão abordar essas questões de políticas públicas nas suas próprias funções de liderança dentro da organização. Eu vou parar aqui porque já estou fazendo referência a algumas discussões que tivemos. Mas, eu acho que seria bom escutá-los, saber qual é a sua experiência na luz dessas últimas discussões e os temas que continuam surgindo há muitos anos e que parece que não conseguimos avançar. Parece que vamos andando em círculos e queríamos saber quais são os elementos que temos que utilizar para sair desse círculo.

STEVE CROCKER: Obrigado. Temos uma resposta profunda para os senhores. Em primeiro lugar poderia passar a palavra para o Bruce Tonkin.

BRUCE TONKIN: Obrigado. Compartilho a frustração do presidente e membros do GAC, parece que há alguns problemas, essa questão da sensação de estarmos andando em círculos.

O que eu recomendo nessas situações é que recorram novamente a ver o propósito e a missão da ICANN e que isso vincule com os princípios e por sua vez se conectem com a questão analisada. Se eu falo dos nomes de países de dois caracteres em especial antes de falar das proteções temos que voltar a ver a missão. A missão da ICANN é assegurar a operacionalidade segura e estável dos sistemas de identificadores da internet, ter a certeza de que existe a proteção dessa segurança no sistema, que os usuários finais estejam protegidos no sistema.

O compromisso que nós assumimos nos nossos estatutos é que na realização dessas responsabilidades trabalhando na responsabilidade de segurança de sistemas de identificadores temos que cumprir também alguns princípios que estão refletidos no direito internacional, nas convenções internacionais, e nas legislações locais pertinentes. E esses são

os diferentes marcos dentro dos quais devemos debater esta questão.

E há outro comentário que eu posso fazer a respeito das cadeias de caracteres, porque nós falamos dos números de IP, dos endereços de IP que podem ser cinco ou seis. Mas, quando há cadeias de caracteres com um determinado significado as pessoas tem mais aceitação de bloquear algumas cadeias de caracteres que fazem referência a isso. Se nós voltamos ao começo não há nenhuma titularidade exclusiva de nenhuma cadeia de caracteres, seja de um caractere ou de 63, não há nenhuma lei ou convenio e convenção que outorgue esse acesso exclusivo a essa cadeia de caracteres a nível global.

Se existem proteções para cadeias de caracteres que estão incorporadas na lei para fins específicos, por exemplo, a Cruz Vermelha é uma cadeia de caracteres em tratado internacional que faz referência ao uso desse termo da Cruz Vermelha especialmente em épocas de guerra e situações semelhantes. Esse tratado internacional é considerado parte do direito internacional e a partir dali nós podemos dizer como cumprimos com esse direito internacional.

Para dar um exemplo dos códigos de país e seus múltiplos usos podemos falar disso, e há outro princípio geral que é uma cadeia de caracteres que talvez tenha mais uso do que dois ou três

caracteres. E quando chegamos a uma palavra de 63 caracteres a quantidade de usos talvez se limita ou registre mais. Se falamos de três caracteres isso é muito familiar para muitas pessoas porque se aplica a muitos usuários.

Eu posso dar um exemplo específico. Se vemos o código de país da Nigéria, NG, ele também é um nome muito comum na Australásia, e se veem ng.com.au você verá que no website diz que é um sobrenome que compartilham muitas pessoas. Então, há diferentes significados para diferentes pessoas. E se seu nome tem esses caracteres sentem que isso é propriedade de você, mas muitos outros compartilham. Então, não tem uma propriedade exclusiva sobre esse nome.

Então, a nossa função é garantir a segurança e estabilidade do sistema de identificadores. Nenhuma pessoa tem uso ou acesso exclusivo. O que queremos evitar é a confusão. Não queremos que alguém se confunda quando acessa um website e possa o utilizar para um ataque de phishing, por exemplo. Há uma nova cadeia que se chama VISA, por exemplo, V-I-S-A, que é o nome da companhia nos Estados Unidos que emite cartões de crédito. Também é uma cadeia de caracteres que se utiliza para documentos de viagens para poder acessar diferentes países. E se tem uma cadeia de caracteres que é ng.visa ali podem ter um website estabelecido para colher ou reunirem a informação pessoal de cada um e enganar as pessoas pensando que estão

acessando outro website do governo. Então, por isso queremos que se estabeleçam proteções para evitar um uso indevido dessa informação e para evitar também confusão. Mas, não há nada que impeça ter uma cadeia de caracteres que seja ng.com.au que é o sobrenome de muitas pessoas. Isso simplesmente para dar uma ideia de como estamos tratando isso.

STEVE CROCKER: Muito obrigado, Bruce, isso é muito útil. Se entendemos bem a pergunta também podemos responder em outro nível. Vou passar a palavra para Markus.

MARKUS KUMMER: Nós na reunião de IGBI com o GAC estivemos falando do tema e uma das conclusões a que chegamos é que às vezes não falamos a mesma língua. Isso é para explicar que não entendemos o que queremos dizer. No IGBI se fez um esforço para tentar entender melhor o que significa em particular a assessoria do GAC e nesse nível pratico fizemos a nossa primeira chamada entre o board e o GAC para tentar elucidar isso. O que concluimos no dia de ontem é que ainda devemos melhorar. E houve dois comentários principais. Não devemos entrar nas questões de fundo quando fazemos essa chamada, mas nos limitarmos a fazer perguntas. O que quer dizer isso?

E outra sugestão é que seria útil se o board enviasse perguntas antes dessa chamada para que todos possam se preparar para ela. Acordamos ter outra chamada depois desta reunião e esperamos poder dar a nossa resposta à assessoria do GAC com tempo suficiente antes da reunião de Copenhague.

STEVE CROCKER:

Quando ouvi a pergunta, Thomas, onde colocou ênfase na relação formal entre o GAC e o board eu me perguntava se também estava incluindo o limite de que é o que se passa quando a assessoria chega ao board. Ou seja, há uma sessão do board, o board toma uma decisão e é comunicada a vocês em lugar de chegar as pessoas à organização ou organização de apoio ao comitê assessor pertinente.

Um dos temas do ponto de vista do board é que embora tenhamos pessoas capazes, com experiência, não somos especialistas primários e se operarmos desse jeito eliminaríamos, então, todo o processo que existe para recorrer às decisões do board.

THOMAS SCHNEIDER:

Do que eu entendo do GAC, embora não tenhamos falado disso, é não definitivamente que nos tem que falar exclusivamente a

nós sobre o assessoramento porque isso está no estatuto. Toda a comunicação será bem-vinda e melhora o resultado.

É por isso que dizemos em todos os documentos que recebem de nós que nos comprometemos a participar na primeira etapa possível, assim que for possível, porque nós entendemos que o resto faz o mesmo. Por exemplo, agradecemos os documentos que vem na GNSO desde algumas reuniões com sua resposta à assessoria do GAC, porque isso ajuda que entendamos como eles leem, entendem, e reagem do seu ponto de vista ao que pensam que seja política pública, como nós consideramos a implementação, e como eles contribuem a essa implementação.

Então, toda a comunicação nos ajuda a entendemos melhor uns aos outros. Obviamente os recursos são limitados, não podemos ter oito milhões de pessoas que falam contra as oito milhões 24 horas por dia. Mas, trata-se de ver como veem vocês esse papel em particular, esse canal incluído no estatuto dentro de todas as comunicações do estatuto.

A intenção não é dizer: “esse é o único”. Não, não é assim.

STEVE CROCKER:

Vou deixar que façam um comentário, depois eu falo.

CHERINE CHALABY: É a nossa responsabilidade responder à assessoria do GAC. Como vocês sabem quando a assessoria não se opõe a uma política que surgiu de ir, por exemplo, do GNSO, é mais fácil responder diretamente. O que não queremos fazer é estar em posição de gerar a nossa própria política ao board.

Então, quando temos uma situação e é uma assessoria que não guarda coerência com o PDP ou algo do estilo é a nossa responsabilidade, em primeiro lugar, estarmos bem comunicados com vocês. Mas, fazer as exigências de vida para ver quais são as brechas, o que falta. Isso leva tempo quando o board está no meio de ambas as posições.

Então, não queremos modificar uma política sem entender o assessoramento cabalmente e conecta-lo com o nosso procedimento de diligencia de vida.

THOMAS SCHNEIDER: Sim, mas isso leva tempo. Mas, as decisões são tomadas no momento em que nem sequer houve tempo para responder a uma assessoria que nós tínhamos dado.

Não é que tenha sido rejeitado e dissemos que temos que encontrar uma resolução aceitável como é o procedimento. Mas, o assessoramento do GAC leva tempo e também o resto deve

tomar tempo para analisar o assessoramento e tomar uma decisão.

Não quero ser o único que fala, então abro o espaço para perguntas. Primeiro vai falar o Irã.

IRÃ:

Obrigado, senhor presidente. Você mencionou um tema prático, e sobre esse tema já existe um PDP que talvez não tenha coerência com o assessoramento, ou que o assessoramento do GAC não guarde coerência com o PDP. Então, como solucionar o problema? Porque há duas formas de solucioná-lo.

Primeiro é que talvez alguns membros do GAC não estejam de acordo comigo, mas é o meu ponto de vista pessoal que o GAC deve participar desde o início no desenvolvimento do PDP e injetar as suas ideias, problemas, dificuldades, para que o PDP assim que for desenvolvido passe para o primeiro período de comentários públicos e depois vai ao segundo período de comentários públicos. Então, a cada vez que aparece o problema vai se reduzindo.

No segundo caso é o que existia as OIG e os PDP. Escutamos que o presidente do GNSO disse que não vai modificá-lo a não ser que se prove que ele é incorreto. Então, o que fazer neste momento? Porque dizem que é um mecanismo para disparar a

revisão do PDP. Quem tem que se fazer cargo disso? Porque eles dizem que o GAC ou o board duvida que existe um problema com o PDP. Então, se deve seguir esse curso de ação? Ou para esse tema específico devemos ter outra solução e ver o que é possível?

Não sei se é a ação adequada. Ou se engana um ou se engana o outro, e acho que não é assim. Acho que a única possibilidade que temos na nossa opinião é que exista uma reunião entre o board do GAC e o board da GNSO. E o problema principal é que no futuro o GAC tenha que participar mais no desenvolvimento e preparação do PDP. É importante para reduzir os problemas, mas quando estamos aqui estagnados cada reunião de governo, não sei, o conselho, o IT, o OIG diz, bom, alguma coisa temos que encontrar para solucioná-lo.

Vimos uma posição errática dos colegas do GNSO, talvez seja correta, mas não queremos confronto, queremos solução. É por isso que falamos ao board para que aja de maneira tripartite, não como juiz, mas como facilitador para achar uma solução ao problema. Obrigado.

BRUCE TONKIN:

Obrigado pela sugestão. Sim, recebemos do conselho da GNSO a mesma sugestão. Quer dizer que a ideia seria ter decisões

construtivas entre os três sobre esses temas: GAC, GNSO, e board. E a GNSO está totalmente de acordo com vocês.

CHERINE CHALABY: Kavouss, nos dois pontos que o senhor mencionou acho que estamos alinhados, e acho que a maneira é ter uma abordagem colaborativa como disse. Desafortunado que tenha passado tanto tempo, mas como disse o Bruce, a GNSO fez uma sugestão similar. Quer dizer que é possível que encontremos uma formulação para chegar ao acordo tripartite.

THOMAS SCHNEIDER: Estão todos de acordo que essa participação é útil, mas sempre que a carga de trabalho seja digerível. E o presidente da GNSO me disse que às vezes é impossível que ela siga toda essa carga de trabalho. Ser inclusivo significa que as pessoas têm que ter a possibilidade de participar e dizer que estão todos convidados. Mas, não há tempo físico.

Os nossos recursos, como os do resto, são limitados. Queria assinalar isso. Nigéria, por favor.

NIGÉRIA: Estou totalmente de acordo com o que foi dito pelo colega do Irã. Quero dizer que o .NG está sendo usado, e esse ponto, se

vocês veem, é de Nigéria. Teria que ser o nosso primeiro a segundo nível, e antes de ser utilizado nós pensamos que tem que entrar em contato com a gente, porque é algo que pertence ao país. Obrigado.

THOMAS SCHNEIDER: Bom, acho que está como terceiro ponto. Então, peço que tomem nota e quando falarmos de código de países de dois caracteres vamos falar sobre isso. Reino Unido quer dizer alguma coisa?

REINO UNIDO: Sim, Thomas. Bem-vindo board e todos os presentes. Sobre o primeiro tema que tem a ver com uma equipe transversal que o GAC intervenha no final, nós estamos avançando numa modalidade que significa que o GAC pode trabalhar com a GNSO desde as primeiras etapas do desenvolvimento de políticas. Nós não podemos obviar essa instancia, essa desconexão, se querem chamar de alguma maneira, ou desfuncionalidade dentro de onde temos a posição da GNSO. E o GAC dava a assessoria e não coincidiam entre si.

Mas, na situação atual temos a assessoria do GAC que não está conectada com o resultado de desenvolvimento da GNSO. Então, o board é quem tem que orientar, porque temos direções,

orientações entre os três. Um está na Cruz Vermelha, o Cristal Vermelho. Isso se deu com um bom entendimento, mas quando há um problema fundamental de conciliar as posições nós olhamos para o board porque é uma das suas funcionalidades resolver esse tipo de situações oferecendo guias e diretrizes. Obrigado.

BRUCE TONKIN:

Sim, é claro que é razoável do ponto de vista do board. O que podemos fazer é facilitar o fórum e algumas dessas coisas tem a ver com garantir que os tópicos ou temas tratados sejam os adequados, que tenha um marco adequado. E também aí eu diria que devemos escolher um ponto, Thomas, e não falar de uma reunião onde há 100 páginas. Mas, encurtar com poucas páginas para dizer que esses são os pontos que estão ao alcance da ICANN e qual é a posição que tem ambas as partes para ajudar a esse respeito. Temos que ser cuidadosos quando dissermos que o board pode agir como facilitador e não um grupo que escolhe quem é o ganhador.

THOMAS SCHNEIDER:

Temos que continuar avançando porque temos pouco tempo. Devemos continuar com esse debate porque não terminou. Então, o BGRI, o grupo de trabalho entre o board e o GAC vai continuar analisando. Depois vamos ver o que acontece com o

registro de assessoramento para que os senhores façam o processamento mais cervical e sistemático de todo o assessoramento.

Talvez esse seja um elemento técnico importante que pode ser uma ferramenta importante. Bom, e escutamos alguma coisa da Nigéria, escutamos de outros também, que tem a ver com a questão dos dois caracteres. Como eu disse, um dos elementos sobre os quais demos assessoramento ao board em 2014 em Los Angeles e não escutamos uma resposta, não recebemos, e não sabemos se aceitaram ou não ou como vai ser implementado, se foi rejeitado. Depois dizem que vão tomar uma decisão a respeito sem realmente ver qual é a lógica desses procedimentos.

É muito difícil de entender essa lógica, mas eu vou passar a palavra a um ou dois membros da ICANN para que escutem outras vozes. Estão Espanha, Irã, E a Comissão Europeia. Obrigado.

ESPAÑA:

Obrigado, senhor presidente. Eu quero dizer em poucas palavras que eu mencionei no meu comentário durante o período de comentários públicos as medidas propostas para mitigar o risco de confusão que o board tinha que sincronizar o assessoramento do GAC com a avaliação da mitigação dos critérios de mitigação

para que não existisse a situação na qual o board tomasse uma decisão sobre as medidas propostas antes de tratar da assessoria do GAC.

Eu não sei se o board agiu dessa forma ou não porque nós não conhecemos o conteúdo da resolução que vão tomar amanhã. Mas, em qualquer um dos casos eu acho que talvez o momento não foi o mais oportuno decidir sobre ambas as coisas no mesmo dia.

Por outro lado, estamos dentro do novo marco onde temos o estatuto que melhorou o conteúdo do artigo 12 sobre o assessoramento do GAC. E eu acho que se vem essa seção 12 e a assessoria do GAC ao respeito prévio a ascensão do novo estatuto, o novo estatuto se aplica à decisão tomada sobre o assessoramento do GAC. Então, os requisitos quando estão falando de um voto limiar como para rejeitar e os fundamentos que tem que dar e a necessidade de participar em consultas de boa-fé caso não seja aceito esse assessoramento seria aplicado aqui nesses casos.

E também depois de uma procura rápida na internet sobre o .NG, .COM. AU, parece que pertencem a uma companhia que se chama PTY Limited na Austrália. E .COM e .AU são domínios de segundo nível para entidades comerciais da Austrália. Eu não vejo no meio nenhum N ou G dentro dessa companhia.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado. Irã, e depois a Comissão Europeia. E por favor sejamos breve porque senão não vamos poder completar todos os temas.

IRÃ: Como Bruce mencionou a questão das duas ou três letras, não há uma titularidade permanente para ninguém, mas deve existir algum acordo de que as pessoas não sejam afetadas. Precisamos ter uma abordagem prática. A objeção se não queremos utilizar é uma possibilidade prática, porque há alguns países que não tem qualquer problema, nem precisam de 30 dias, não tem qualquer problema que seu código de país seja utilizado em segundo nível. Há outros países que falam que não, podem estar de acordo, mas exigem um acordo específico. Se isso aparecer na resolução os países que especificaram essa última posição para permitir a redelegação ou uso de código de países de segundo nível vão ter que negociar com esses países e entrar em acordos específicos e explícitos com esses países.

Então, a ideia é não bloquear ninguém, trabalharmos todos juntos, mas não queremos escutar falar do acordo tácito porque há muitos países em desenvolvimento que como não têm o recurso pedem esse período de 60 dias. Então, não há uma resposta. Então, eu peço que por favor tenha que existir um acordo explícito.

Eu sei que é difícil, que existem muitas outras constituições e convenções que os senhores podem utilizar no caso do uso do espectro e também tem a mesma coisa que já mencionamos em Helsinque. Obrigado.

STEVE CROCKER: Cyrus está aqui?

THOMAS SCHNEIDER: Vamos escutar o que tem a dizer a Comissão Europeia e depois podemos encerrar este tema.

COMISSÃO EUROPÉIA: Obrigado. Queria fazer uma proposta, senhor presidente. Combinar a pergunta que o senhor formulou com este tema que está apresentado agora. Neste caso em especial em que existe uma resolução do board que deveremos conhecer amanhã com o nosso assessoramento do GAC referido a esse tema, não seria útil do ponto de vista do âmbito da responsabilidade melhorada ter um pouco de transparência a respeito do conteúdo dessa resolução? Talvez dar alguma informação preliminar, sermos mais abertos quanto às suas consequências.

Só podemos supor que com a sabedoria do board vai ser levado em conta o assessoramento que fez o GAC. Mas, o que queremos

evitar é chegar até diferentes posições de diferentes grupos, como no caso da OGI e que depois o board acabe numa situação difícil. Como os senhores mencionaram, estou tentando combinar tudo numa possibilidade de trabalharmos em conjunto no futuro com espírito otimista nesse modelo multisetorial ascendente que todos temos.

STEVE CROCKER: Entendemos. Eu não tenho total certeza a quando reconheceremos a resolução e como isso será tratada na nossa reunião antecipada. Há alguém de operações que possa me ajudar? Cyrus? Já publicamos a resolução para o dia de amanhã?

FALANTE NÃO IDENTIFICADO: Melissa diz que isso vai ser publicado imediatamente depois de que o board aprove, mas não antes.

STEVE CROCKER: Isso é interessante. Vamos, então, revisar esse assunto. Cyrus quer responder os outros aspectos mencionados aqui?

CYRUS NAMAZI: Obrigado, Steve. Obrigado aos distintos colegas do GAC. Claro que recebemos o assessoramento do GAC a respeito desse tema. Como falou o Thomas, desde a reunião de Los Angeles há dois

anos atrás até agora. Achamos que o board aceitou todo o assessoramento recebido sobre esse tema e entre o pessoal se fez um acompanhamento para conduzir essa assessoria e seguir as instruções do board. Todo o assessoramento recebido sobre esse tema se centrava na melhora de processos. E se implementou esse assessoramento. Obrigado.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado. Eu acho que temos que deixar a discussão neste ponto. O assessoramento do GAC está claro e vamos reagir caso seja necessário ao que diga a resolução. Um minuto a mais para Kavouss.

IRÃ: Um minuto a mais. No GAC 56 modificamos esse assessoramento e agora temos dois grupos de países. Então, eu não acho que isso continua igual a dois atrás. Há algum mal-entendido, um acordo explícito, e outro tácito também. Então, nos últimos assessoramentos da reunião 56 os senhores devem levar em conta o que falamos.

THOMAS SCHNEIDER: Eu acho que não há modificações, mas se explica com maior clareza que alguns querem liberar os códigos, outros querem receber uma notificação. Mas, o que é importante é que todos os

países têm que poder decidir por si próprios. Isso não é uma coisa nova, é uma coisa que também podem encontrar nas (inint) [00:37:27] anteriores.

Passemos, então, ao tema seguinte. Já tratamos de alguma forma esta questão. E levando em conta o que falou Bruce, talvez não seja necessário demorar tanto tempo para falar das proteções das OIGs. Eu acho que tínhamos recebido algumas afirmações que agora foram esclarecidas. Se vemos toda a história desse processo podemos dar um encerramento porque já não há mais acusações que não estejam baseadas nos fatos. Então, agora podemos olhar para adiante tentando encontrar uma solução que seja aceitável para todos num processo que seja também de aceitação por todos, no qual todos prestemos conformidade, e sabermos também quem está de acordo e quem não, que as regras do jogo fiquem claro para todos e sejam compartilhadas por todos. Eu acho que esse é um atalho que podemos tomar, é o que eu posso tirar como conclusão dessas discussões.

Eu posso dar a palavra para alguns membros do GAC para que complementem também alguns detalhes a mais, para manifestarem mais claramente o que é mais importante para nós com respeito às proteções das OIGs.

Ou parece que como eu resumi ficou claro, estão todos tão cansados de tratar desse assunto. Suíça pediu a palavra.

SUÍÇA: Obrigado, senhor presidente. Parece existir acordo e quero manifestar a nossa satisfação ao respeito. No entanto, eu acho que é importante estabelecer um prazo acelerado para resolver essa questão. Seja qual foi a solução de compromisso a que chegemos, é importante implementar de boa-fé o processo que se necessita, que talvez não seja uma coisa que nós como GAC sabemos.

THOMAS SCHNEIDER: Muito bem, alguma resposta por parte do board?

STEVE CROCKER: Não, compreendemos a situação. Muito obrigado.

THOMAS SCHNEIDER: Algum comentário adicional de algum outro participante aqui da sala sobre esse assunto? Muito bem, estamos de acordo que vamos tentar olhar para o futuro para estarmos mais orientados às soluções levando em conta todos os procedimentos formais que existem, mas sempre tentando chegar a uma solução e não apenas entrar na questão dos procedimentos, porque eles

devem ser claros, aceitáveis, e transparentes para todos para chegarmos a uma solução o mais rápido possível. Obrigado.

O seguinte tema no nosso temário é parecido, tem a ver com a Cruz Vermelha, que tem uma base jurídica diferente. No entanto, a intenção da proteção é mais ou menos a mesma, é evitar (inint) [00:40:48] desses nomes e acrônimos e siglas. E o Reino Unido levantou a mão, então passo a palavra.

REINO UNIDO:

Obrigado, Thomas. Bruce e eu já fizemos referência a esse tema nessa reunião. É um desses temas de longa data nos quais estivemos caminhando em círculos, como disse Bruce antes. A chamada entre o GAC, o board, e a GNSO de 27 de outubro em que eu participei indicava que havia um entendimento compartilhado de que esse tema é diferente das OIGs justamente por essa base jurídica na qual são solicitadas a proteção para a Cruz Vermelha e também Cristal Vermelho. E foi muito encorajador depois de muitos empecilhos, pensamos que agora estamos tentando resolver isso. Pensamos que já é hora que o board resolva esse tema nesta reunião. Com base nessa compreensão, como há um entendimento talvez sugiro que o board indique ao conselho da GNSO que faça essa correção na sua política para que isso seja uma espécie de instrução para

esse fim segundo esse entendimento comum ao qual chegaram as três partes.

THOMAS SCHNEIDER: Tem alguma resposta a partir do board? Pelos sinais recebidos parece que isso vai ser resolvido. Não sei se há mais alguma coisa a adicionar além desse sinal que já nos deram nessa chamada?

BRUCE TONKIN: Acho que tomamos em consideração a sua sugestão. A reunião do board vai ser feita amanhã, mas acho que o que vocês estão sugerindo é que pelo menos tomemos nota de que há um entendimento comum nessa área e as políticas da GNSO tem que ter isso em consideração. Entendemos que isso tem o seu fundamento, não sabemos se vamos chegar a resolvê-lo amanhã mesmo, mas vamos levar em consideração.

THOMAS SCHNEIDER: Tem a palavra a Suíça.

SUÍÇA: Obrigado, senhor presidente. Sobre essa questão vinculada às proteções para a Cruz Vermelha e seus nomes, Crescente Vermelha, etc, e os nomes das sociedades que não estão

diretamente vinculadas com as questões relacionadas à OIG, queria solicitar ao board que aja de maneira ágil para enviar um sinal que possamos retransmitir à comunidade e para que haja um bom ambiente para discussão das proteções das OIGs. Obrigado.

CHRIS DISSPAIN:

Obrigado, Thomas. Estou preocupado porque talvez não estejamos nos entendendo entre nós e quero esclarecer o tema agora, se for possível. A resposta de Bruce, se não me engano à intervenção de Kavouss, tinha a ver com o fato de que em termos gerais estamos de acordo nesse conceito de que as partes que se juntem é sensato, é uma boa ideia, mas não é necessariamente o que vai acontecer com relação às proteções da OIG, estou parafraseando o que disse Kavouss.

Então, vou tentar transmitir o que considero que seja a situação agora. A situação é que há uma proposta elaborada por esse grupo reduzido, pequeno, como temos denominado, e esperamos ter um comentário do GAC no seu comunicado a esse respeito.

Enquanto isso a GNSO está no processo de finalizar o processo de desenvolvimento de políticas com relação aos direitos de proteção. Isso está para finalizar. O board faz duas semanas participou na chamada, vocês já sabem disso, e houve um

indício muito claro da GNSO e também do GAC a respeito de que isso poderia ser uma situação em que seria necessária a atuação do board.

O board está de acordo que talvez tenha que tomar alguma ação a respeito. Agora está considerando isso e esperando ver qual é o resultado do PDP da GNSO e os comentários que o GAC vai incorporar no seu assessoramento com relação à proposta emitida por esse grupo reduzido.

Tendo dito isso, nos reunimos com a GNSO antes desta reunião e dissemos que achávamos excelente a ideia de que o grupo que tenha recomendações do PDP falava com as OIGs e membros do GAC tinham sua preocupação particulares sobre as propostas que parecem estar contempladas no PDP da GNSO.

Se houver alguma diferença que possa ser observada sobre esse título de mecanismo de proteção de direitos que estão na proposta do grupo reduzido pensamos que estamos nessa instancia e que o board está preparado para tomar uma ação caso seja necessário quando se tenham completado os processos em andamento.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado. Passo a palavra para a Suíça.

-
- SUÍÇA: Muito obrigado. Enquanto digerimos a intervenção de Chris queria solicitar amavelmente ao board que responda a minha proposta sobre as proteções para os nomes das sociedades nacionais da Cruz Vermelha que são independentes dos mecanismos de proteção de direitos. Obrigado.
- CHRIS DISSPAIN: Acho que isso vamos tomar em consideração. Já está aqui a anotação sobre o seu pedido. Isso vai ser considerado.
- STEVE CROCKER: Entendo que quer uma resposta agora, então a resposta é não. Mas, escutamos o que o senhor disse.
- THOMAS SCHNEIDER: Obrigado. Então, tomamos nota e passamos para o seguinte tema. Irã tem a palavra.
- IRÃ: Quero compartilhar com todos vocês o que nós entendemos. Acho que o board não pode dar nenhuma instrução nem à GNSO nem ao GAC. Pode facilitar a discussão entre ambos sempre que haja boa-fé, mas não acho que possa dar instruções porque o board tem que aprovar o PDP. A recomendação é dar uma instrução para dizer que removam isso que estava acordado.

Acho que não é possível. Pode facilitar a resolução desse tema para que haja uma solução que seja aceita por ambas as partes. Nós oferecemos assessoramento ao board, o board não dá instruções a nós. GNSO faz recomendações ao board, o board não dá instruções ao GNSO. Então, deveríamos substituir essa frase “dar instruções” e talvez poderíamos usar o termo facilitar, orientar, facilitar algum meio para que se possa chegar a resolver esse problema. Acho que o termo instruções está errado.

STEVE CROCKER:

Peço desculpas se ficamos travados com isso. Essa não é a palavra que utilizaríamos. Nós podemos dar instruções ao diretor executivo.

CHRIS DISSPAIN:

Se me permitem quero intervir. Para responder diretamente a essa pergunta sobre a possibilidade de facilitar essa resolução, se o board pode ajudar de alguma maneira está certo. Agora me referia especificamente a tomar uma ação. Isso significa que o board tem que fazer uma decisão. Se é facilitar o tema, sim, vamos ajudar de qualquer maneira que seja possível. Mas, se for para tomar uma ação vamos esperar que os processos acabem.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado. Acho que estamos todos de acordo que o board tem essa função tão importante de facilitar a discussão dos temas. Mas, apesar dos processos de facilitação não houve consenso. Então, alguém tem que tomar alguma decisão e talvez todos devamos recorrer novamente aos estatutos. Mas a faculdade que tem o board é de aceitar ou rejeitar recomendações que provém das organizações de apoio e/ou aceitar ou rejeitar a assessoria dos comitês assessores. E caso haja conflito entre eles é possível resolver através da facilitação. Esse seria o caso ideal, mas há uma certa responsabilidade que cabe ao board conforme as suas faculdades. É assim como eu interpreto os estatutos. Mas, igualmente voltamos ao primeiro ponto do entendimento e vejo que o presidente Goran está pedindo a palavra.

GORAN MARBY: O board pode me dar uma instrução para que seja facilitadora em alguma instrução. Eu não sei se o board quer que eu aja como facilitador, tem que ser o board ou as organizações que me deem essas instruções para participar num processo desse tipo.

STEVE CROCKER: Quero fazer um comentário. Falamos várias vezes do o que acontece quando há falta de resolução e os temas voltam e todos esperam que o board tome uma decisão. Nesse modelo

existe essa possibilidade de existir um vencedor ou um perdedor. Na realidade não pensamos que seja produtivo nem sólido como sistema. Podemos fazer em alguns casos extremos, mas a nossa preferência é abordar as coisas de maneira mais construtiva.

Nesse caso as decisões são menos complexas, mas talvez mais úteis, onde tentamos encontrar um ponto comum de ambas as partes onde as que tem visões diferentes possam convergir e encontrem a maneira de voltar a enquadrar os seus problemas. E todos entendemos que há maneiras cooperativas de proceder. Entendo qual é a pressão que existe para levar esses temas ao board. E nós chegamos até onde podíamos, eles também. Então, agora vocês têm que tomar uma decisão. Não vai haver muitas ocasiões em que façamos isso, e se fizermos vocês diriam que o sistema não funciona bem e devemos resolver.

De maneira contrária vamos voltar a recorrer à faculdades da comunidade empoderada e dizer que tem que dar o fora todo o board e nós vamos controlar o board de alguma outra maneira. Então, quando falo de nós não me refiro somente ao board, mas se nos prepararmos para um confronto essa é uma garantia de que vai haver um conjunto de pessoas que não vão estar conformes com as respostas apesar de todo o trabalho feito.

Em geral não é essa a modalidade com a qual queremos proceder, preferimos a discussão que tínhamos antes onde

falávamos uma participação efetiva e precoce na discussão dos temas e onde também eu dou valor a esse comentário feito por Thomas sobre a carga de trabalho, o ritmo com que ela é manejada e todos os elementos vão se encaixando entre si. É uma discussão muito acessível essa. Certamente no período posterior à transição, apesar de não termos um nome específico, vai ser muito importante encontrar a maneira de alocar os recursos e estabelecer o ritmo das coisas para que todos operemos de maneira confortável e sensata.

Estivemos muito sobrecarregados nos últimos anos trabalhando 24 horas por dia, sete dias por semana, e isso não se pode sustentar nem sequer para os membros do board. Mas, também não é para nenhum dos voluntários na comunidade nem para o nosso pessoal. Vamos encontrar a maneira de sair disso, mas sempre recebemos com agrado as contribuições.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado, Steve. Acho que Irã abriu as portas, porque quase todos queremos soluções rápidas, sustentáveis. Esse é o compromisso então e a ideia de que o board facilite os processos até existir uma solução aceitável.

O que aconteceu foi que durante esses processos foram tomadas decisões ou que se tem criado fatos através de outros canais que basicamente fizeram com que os processos de tomada de

resoluções não tivessem sentido ou sejam inúteis. Nós apoiamos isso, mas em verdade esperamos que exista a possibilidade de encontrar soluções ou tomar decisões e que se levem a cabo ações. Mas, não sei, o que queremos apoiar é encontrar soluções aceitáveis.

Não sei se a Suíça estava apontando? Não? Perfeito. Então, fica mais de um minuto para a número seis. Basicamente é uma pergunta que resume vários temas que têm a ver com a participação, inclusão, diversidade, como fazer operativa em todas as unidades constitutivas. Isso tem a ver com a área de trabalho dois, com o grupo de trabalho das regiões menos atendidas. É uma pergunta ao board. Como vocês tratam de encorajar a participação ativa nas instituições, nos processos de desenvolvimento de trabalhos para todas as partes interessadas de todos os países do mundo em todos os processos? O que é que se deve fazer para conseguir isso? Eu queria ouvir brevemente quais são, então, os métodos para melhorar a diversidade.

STEVE CROCKER: Eu acho que isso tem a ver com a área de trabalho dois, não?

CHERINE CHALABY: Rinalia, não sei se você quer fazer algum comentário a respeito?

RINALIA ABDUL RAHIM: O board apoia todos os esforços para melhorar a participação e diversidade dentro da ICANN. A expectativa é que isso vai dar como resultado uma melhor participação das partes interessadas no desenvolvimento de políticas e iniciativas que estão orientadas a fazer divisão externa, gerar capacidade. Isso tudo está acontecendo em todas as regiões. A participação das partes interessadas globais, a participação do governo, dos usuários finais, das indústrias e das empresas. Então, ainda não sabemos se são eficazes ou não porque estão na sua primeira etapa.

Nós estamos tentando juntar todas as partes interessadas de todos os países para ver o que acontece. Também a última vez que houve dados de participação em grupos de trabalho foi através da ATRT2 e do estudo de PDP. Isso se completou em 2013 e eu acho, então, que devemos reunir ainda mais dados para o futuro em termos de se o board está satisfeito com o que se fez, eu acho que nunca vamos estar.

ARGENTINA: Obrigado ao board pela presença. Eu represento o governo Argentino. Obrigado Rinalia pelos comentários. Eu não tenho os dados, mas participei e estou participando há 10 anos na ICANN. O que continua existindo entre a participação e o envolvimento

real no desenvolvimento de políticas. Eu acho que devemos trabalhar nessa diferença, nessa faixa eu fica no meio, e que podemos cumprir um papel importante como representante dos países e outros membros da comunidade, especialmente tentando fazer participar os governos e ministérios que têm a ver com o desenvolvimento de políticas locais para que participem ainda mais da ICANN. Eu acho que o GAC poderia trabalhar esse ponto junto com o board e outras áreas da ICANN para melhorar esse aspecto.

THOMAS SCHNEIDER: Desculpe, Alice, não vi sua mão levantada.

COMISSÃO DA UNIÃO

AFRICANA: Obrigado, senhor presidente, obrigado ao board, e Rinalia pelos seus comentários. O GAC tem um grupo de trabalho que se ocupa especificamente dessas equipes e desses problemas. E tem o subgrupo para as regiões menos atendidas, especialmente o que tem a ver com a geração de capacidade na região da Ásia-Pacífico.

Já analisamos vários dos problemas que vemos nas regiões sobre a participação nessas regiões dos governos. Trabalhamos de forma ativa com a equipe de participação do governo de

Tarek e sua equipe e com partes interessadas. E estamos desenvolvendo um plano de trabalho com a ICANN para botar mais recursos. O que precisamos é ver um enfoque um pouco mais sustentável para esses desafios porque há algumas associações que estão vinculadas com a ICANN, como por exemplo a UPU, a ISOC, a ITU, onde em termos de implementação de algumas dessas atividades garante que exista diversidade na área e ajudam também na participação da governança da internet, em especial dentro da ICANN.

Hoje vamos ter uma sessão onde vai se falar desse assunto, mais especificamente com toda a comunidade da ICANN e onde vamos fazer também algumas recomendações. Obrigado.

BRUCE TONKIN:

Eu acho que como sugeriu Olga, os senhores mencionaram o papel dos representantes do GAC para que exista maior participação. Então, isso é útil para conhecer o que podem fazer vocês dentro do setor privado dos seus próprios países para que então os fornecedores de serviços de internet, os usuários, as organizações não governamentais ou não comerciais entendam o que pode ser feito em cada país.

THOMAS SCHNEIDER: França, por favor, o senhor é o último que vai falar sobre o assunto.

FRANÇA: Eu vou falar em francês. Eu queria ter a opinião do board a respeito das questões de diversidade que estão dentro do que é a linha de trabalho dois. Quando se escuta falar da diversidade todo mundo diz que é importante, que devemos avançar. O subgrupo do CCWG já está trabalhando e já foi discutido o assunto da criação de uma estrutura duradoura para avançar nesse tema da diversidade.

Muitos daqueles que vem de diferentes regiões do mundo se interessam nesse ponto e querem ter maior representatividade. Quero saber qual é a opinião do board e também qual é a sua opinião sobre esse assunto e quais seriam as estruturas que poderiam ser criadas. Muito obrigado.

ASHA HEMRAJANI: Sou Asha Hemrajani do board da ICANN. Quero agradecer à representante da França perante o GAC porque quando eu participava na sessão de Alice Munyua no dia de ontem sobre os países da região Ásia-Pacífico e os subgrupos de regiões menos atendidas escutei o mesmo assunto.

Precisamos de maior participação na área de trabalho dois, ainda que o trabalho já tenha começado. Há vários subgrupos e aí existe a possibilidade de que as pessoas apresentem o seu nome e sejam observadores. Agora unindo bem ao que disse o Bruce, se queremos diversidade precisamos do apoio da comunidade porque seria muito bom que os representantes do GAC incentivem as empresas, as ISPs, os advogados de propriedade intelectual, de todas as áreas da comunidade da ICANN para que realmente deem os seus nomes e participem.

LOUSEWIES VAN DER LAAN: Muito obrigado. Eu trabalho esse tema da diversidade com o board. É importante que nesse subgrupo participem mais pessoas, porque ele tem muito trabalho pela frente. É importante que os resultados possam ter o apoio de toda a comunidade. Se somos um pequeno grupo não vamos conseguir avançar nesses temas que são muito importantes. Muito obrigado.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado. Agora eu vou pedir para a Olga que fale do ponto sete e Mark do oito. Um pede a informação e o outro a fornece. Então, Olga, peço que seja breve.

OLGA CAVALLI: Nos últimos tempos recebemos informações e notícias sobre o que são os processos de leilões e seu resultado. Segundo informação recebida parece que não há transparência e prestação de contas. Então, queremos entender qual é a situação real, se podem falar alguma coisa sobre esse ponto.

STEVE CROCKER: Não entendo realmente o comentário porque houve muita documentação sobre esse processo e ele foi acompanhado bem de perto e com muito cuidado ainda hoje. Eu entendo que as organizações constituintes estão considerando a carta orgânica preliminar considerada pelo grupo constituinte. Isso vai gerar a criação de um grupo intercomunitário para que fale do que vai ser feito com os fundos dos leilões. Então, o grupo vai começar a funcionar, não entendo como esse tema não possa estar conectado porque vai existir uma série de fundos disponíveis que serão dado a uma finalidade. Então, não entendo porque se fala numa desconexão.

THOMAS SCHNEIDER: Eu acho que tem a ver com essa situação especial. Estamos tentando encontrar, se é que aconteceu alguma coisa segundo as normas, ou outras coisas que aconteceram de forma que não devia. Estamos tentando encontrar informação correta. É um pedido de informação sobre um caso especial. Nós entendemos

anteriormente que não queriam fazer um comentário a respeito disso, mas queremos saber do que se trata.

STEVE CROCKER:

Muito bem. Então, para esclarecer um pouco, estamos falando que tem a ver com o leilão de .WEB. Todos reconhecemos que é uma porção substancial do total de que há muito dinheiro por si. Existe uma controvérsia e há diferentes partes que estão fazendo suas apresentações, por isso que não vão fazer comentários agora. Nós analisamos um mecanismo de onde está o dinheiro, como ele é registrado, como se prestam contas. E tanto o processo de ver o que é que vamos fazer com o produzido nos leilões, ou seja, com o dinheiro, vai por uma parte a resolução do .WEB vai por outro. Então, eu sei que vão precisar de tempo ambos os caminhos, mas não podemos agora nos apressar nem podemos fazer qualquer comentário neste momento.

THOMAS SCHNEIDER:

Bom, a ideia seria que nos mantenham informados a respeito. E agora Mark seja breve para acabar a reunião.

REINO UNIDO:

Este é um relatório do Conselho da Europa sobre as solicitações baseadas na comunidade dos novos gTLDs. É uma análise profunda dos problemas vivenciados pelos países e requerentes

africanos apresentados no PDP e no grupo de trabalho sobre ele nos procedimentos posteriores à incorporação dos novos gTLDs e as recomendações que estão também nesse relatório para corrigir os problemas na rodada atual. Então, nós gostaríamos que o board considerasse esse relatório para solucionar esse problema nas próximas rodadas. Depois vamos enviar não só a cópia impressa, mas também o link.

STEVE CROCKER: Estaremos esperando.

THOMAS SCHNEIDER: Muito bem. Agradecemos o seu tempo. Quando é que podemos falar sobre esse tema? Em quantas semanas? Três, quatro meses? Não mais de quatro semanas.

CHRIS DISSPAIN: No máximo quatro semanas.

THOMAS SCHNEIDER: Sim. Então, quatro semanas. Obrigado.